

**10 de junho**

**Dia de Portugal - Dia de Camões - Dia das Comunidades Portuguesas**

**Saudade** sau-da-de

(latim *solitas*, *-atis*, solidão)

*substantivo feminino*

1. Lembrança grata de pessoa ausente, de um momento passado, ou de alguma coisa de que alguém se vê privado.
2. Pesar, mágoa que essa privação causa;
3. [Botânica] Planta (*Scabiosa atropurpurea*) da família das dipsacáceas;
4. [Botânica] Nome de várias espécies de plantas com flores de cores variadas.

Falar de Portugal é, irremediavelmente, falar da nossa saudade. É falar da lembrança de se haver gozado no passado, da pena de se não gozar no presente, ou de só se gozar na lembrança. Ser-se português é isto: ser-se irremediavelmente saudosista.

Dos seus quase nove séculos de História, tudo o que Portugal sente é uma nostalgia imperdível por uma grandeza já perdida. O Quinto Império, o do Portugal espiritual, há já muito desistimos de alcançar. Mas um país unido e disperso pelo mundo mantém vivos os grandes valores que se “alevantaram” com Camões e aqueles sentimentos que não sabemos definir mas que a todos nos tocam: o amor à terra, a comunhão no inconstante palpitar, a doçura do falar, a fé em milagres de Ourique, o heroísmo do “peito ilustre Lusitano”.

É hoje o dia de Portugal, não só de Camões e das Comunidades, é o dia do Portugal-História e do Portugal-Povo, é o dia do país que foi e o do que há de vir.

Para a nossa fundação, a nossa criação enquanto nação, lutou o nosso antigo pai com sua mãe. Dom Afonso Henriques estabelecia o Reino de Portugal em 1139, começando aqui uma longa história de um país pequeno que muito quis e muito conseguiu.

Lutámos contra os mouros (que contra nós lutam agora) e fomos descendo. Descendo até encontrar o mar, até encontrar um Algarve de origem árabe. Fomos descendo.

Finda-se a dinastia de Borgonha, dita Afonsina, e eleva-se a de Avis.

Portugal e Inglaterra tornam-se melhores amigos. Assina-se o Tratado Anglo-Português em 1373, o mais antigo ainda ativo, e D. João, o de Avis, casa-se com Leonor, a de Lancaster. Forte amizade essa (!) que mais satisfaz uns, “uns” os geograficamente superiores.

Chega-se aos ínclitos séculos XV e XVI. Com o pioneirismo da gente de Luso, aventura-se um povo na expansão além-mar, conquistando os oceanos desconhecidos, conhecendo gentes difíceis e roubando riquezas. Fundava-se uma nação imperial, poderosa e empreendedora. Tornámo-nos donos de um mundo que não era nosso, na potência económica, política e militar mais importante desde os de Roma.

Vivemos os maiores prazeres sensoriais a imaginar: aquecemo-nos com a malagueta, adocicámo-nos com o ouro branco dos brasis; arrebatámos o olhar com o ouro dourado das áfricas e américas, cegámo-nos com o brilho das gemas, dos diamantes da Índia; ouvimos o nada do mar por dias, semanas e meses sem fim, ouvimos um silêncio amedrontador; cheirámos os imensos pós, do amarelo mais puro, ao laranja mais sujo, cheirámos especiarias e voltámos a cheirá-las; sentimos a subtileza e leveza da seda, tocámos nas rugosidades dos tapetes, carpetes e tapeçarias. Sentimos um tudo nunca sentido.

Renasce-se a arte nas suas mais diversas áreas: na pintura aparecem Grão Vasco e Nuno Gonçalves, com os seus talvez *Painéis de São Vicente de Fora*; na arquitetura e escultura ergue-se Diogo Boitaca, com o seu Mosteiro de Jesus de Setúbal, o primeiro manuelino, e, pelo Mosteiro dos Jerónimos, João Castilho; na música batuca-se Damião de Góis e Heliodoro de Paiva; na escrita escrevinha-se o grande, o único, o incomparável, o “epopeiista” da epopeia maior que é Portugal, Luiz Vaz, o de Camões.

Perde-se um rei. Em Alcácer-Quibir, um jovem Sebastião, com manias de grande guerreiro, aventura-se na guerra. Sai sem ventura, não chegando sequer a sair. Portugal chora e anseia pelo abrir do nevoeiro. A nevoaça clareia e aparecem três: Filipe I de Portugal e II de Espanha, Filipe II de Portugal e III de Espanha e Filipe III de Portugal e IV de Espanha. Eis a dinastia filipina, a de Habsburgo, a terceira, a dos Áustrias, a de Espanha, dos Filipes. Dá-se sem se querer a União Ibérica.

A 1 de dezembro de 1640, honrado também feriado, restaura-se a independência de um reino maltratado pelos três últimos próprios reis. A Casa de Saxe-Coburgo-Gota reina sob Casa de Bragança, os da dinastia bragantina. Guerra civil, irmão contra irmão, absolutistas contra liberais. Perde-se o Brasil.

Mas se com armas sobem ao trono reis, também com elas se os tiram. Dá-se o regicídio, morrem o rei e o filho, o futuro rei. Sobe D. Manuel II, mas o último.

O nascer leva à morte. Assim, com um nascer de um reino, este acaba por findar. Com a implantação da República, depois de uma vergonhosa tentativa de imposição forçada com o regicídio, vivenciámos uma instabilidade política sem antecedentes, até porque a República Portuguesa, a coisa pública,

era ela própria sem antecedentes. Com 8 presidentes da República, 45 governos, 40 chefias de governo (um presidente do Governo Provisório e 38 presidentes do Ministério), duas presidências do Ministério que não chegaram a tomar posse, dois presidentes do Ministério interinos, uma junta constitucional, uma junta revolucionária e um ministério investido na totalidade do poder executivo, Portugal República torna-se o cúmulo da instabilidade.

Álvaro de Campos, Ricardo Reis, Fernando Pessoa, Bernardo Soares e Alberto Caeiro misturam-se num só e choram: “Ó mar salgado, quanto do teu sal/ São lágrimas de Portugal!/ Por te cruzarmos, quantas mães choraram,/ Quantos filhos em vão rezaram!/ Quantas noivas ficaram por casar/ Para que fosses nosso, ó mar!”

Esquece-se o naturalismo do pensamento intelectual. Novamente, outra vez, tomada à força militar, reestabelece-se uma nova república, desta feita a segunda.

O Professor Doutor Oliveira Salazar, na inauguração do seu mandato de ministro das finanças, diz: “Sei muito bem o que quero e para onde vou, mas não se me exija que chegue ao fim em poucos meses. No mais, que o País estude, represente, reclame, discuta, mas que obedeça quando se chegar à altura de mandar”. Os indícios de uma não democracia aparecem.

Instala-se a Ditadura, o Estado Novo. Durante 41 anos Portugal priva-se da palavra, da globalidade e do viver pelo voto. É primeiro Deus, segundo a Pátria e terceiro a Família, a teologia da educação nacional.

A flor, o cravo, vermelho de poder e paixão, foi o símbolo de uma revolução que não verteu sangue. Uma revolução que transfigurou o

sentimento pacificador e calmo do ser português, mesmo depois de tamanha opressão e censura.

Mouzinho de Albuquerque, herói oitocentista, dizia: “Este Reino é obra de soldados.” Pois bem, foram e são estes soldados que, nas batalhas expansionistas, na defesa e restauração da independência e da soberania, na restituição da liberdade e da democracia e nas missões humanitárias, guerrearam e lutam pelos grandes sentimentos nacionais.

No dizer do adeus ao velho milênio, perde-se o mais duradouro império colonial europeu. Desde a conquista de Ceuta em 1415 até à transferência de soberania de Macau para a China em 1999, foram quase 600 anos de poder, ganância e endividamento.

Somos um país em forma de árvore: com raízes no Mediterrâneo, um tronco no canto da Península, ramos nos Açores e flores na Madeira. Somos um país gigante. Visitado por tantos pássaros de tantos países, tantos quantos os por onde a nossa diáspora se prolonga.

Somos europeus e transatlânticos, aproximamos gentes e falas e economias e sociedades as mais distintas, sem xenofobias, intolerâncias, complexos de falsa superioridade ou de incompreensível inferioridade.

Somos um país de rara beleza. Um país perdido no tempo, uma terra de miséria onde o calor dos afetos vence a frieza da ganância. Um país culto de riquezas e rico de cultura.

Somos Camões, somos História, somos Saudade, somos Povo, somos Portugal!

Viva Portugal!